

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**UNIDADE REQUISITANTE:** Coordenadoria Administrativa da SME.

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. OBJETO:** Aquisições de materiais didáticos (Editora Aprender), para atender os alunos e professores da Educação Infantil, 1º e 2º ano, da Rede Pública Municipal de Ensino de Sobral, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

1.1.1. Este objeto será realizado através de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob a forma de fornecimento INTEGRAL.

**2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E VALORES**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	<p>COLEÇÃO PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS - BEBÊS - AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA, GILVANIRA FREITAS E PAULA FREIRE - APRENDER EDITORA - KIT BEBÊ.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-290-0. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – CADERNO DE EXPERIÊNCIAS DO BEBÊ.</li> <li>- PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – FAMÍLIA.</li> <li>- PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – AGENDA DO BEBÊ.</li> <li>- BOLSA DO BEBÊ.</li> </ul>	KIT	1.124	499,00	560.876,00
2	<p>COLEÇÃO PROJETO CATAVENTOS - CRIANÇAS BEM PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 2 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT CRIANÇA.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-291-7. AUTORAS: ARIANNE MIRANDA, DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PROJETO CATAVENTOS – LIVRO PASTA DE ATIVIDADES 1.</li> <li>- PROJETO CATAVENTOS – LIVRO DA FAMÍLIA 1.</li> </ul>	KIT	2.464	499,00	1.229.536,00
3	<p>COLEÇÃO PROJETO CATAVENTOS - CRIANÇAS BEM PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 3 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT CRIANÇA.</p>	KIT	3.032	499,00	1.512.968,00



PREFEITURA DE  
**SOBRAL**

	<b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-291-7. AUTORAS: ARIANNE MIRANDA, DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO: - PROJETO CATAVENTOS – LIVRO PASTA DE ATIVIDADES 2. - PROJETO CATAVENTOS – LIVRO DA FAMÍLIA 2.				
4	COLEÇÃO PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER CRIANÇAS PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 4 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT CRIANÇA. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-283-2. AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO: - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – LIVRO DE ATIVIDADE 1 – VOL. 1 E VOL. 2. - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – LIVRO DA FAMÍLIA.	KIT	3.376	499,00	1.684.624,00
5	COLEÇÃO PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER - CRIANÇAS PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 5 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT CRIANÇA. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-283-2. AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO: - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – LIVRO DE ATIVIDADE 2 – VOL. 1 E VOL. 2. - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – LIVRO DA FAMÍLIA.	KIT	3.425	499,00	1.709.075,00
6	COLEÇÃO PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS - BEBÊS - AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA, GILVANIRA FREITAS E PAULA FREIRE - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-290-0. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR:	KIT	100	847,00	84.700,00



# PREFEITURA DE SOBRAL

	<p>- PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – LIVRO DO PROFESSOR VOL. 1 E VOL. 2.</p> <p>- PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – GUIA DE ORIENTAÇÕES.</p> <p>- ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.</p>				
7	<p>COLEÇÃO PROJETO CATAVENTOS - CRIANÇAS BEM PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 2 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-291-7. AUTORAS: ARIANNE MIRANDA, DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR:</p> <p>- PROJETO CATAVENTOS – GUIA DE ORIENTAÇÕES 1.</p> <p>- PROJETO CATAVENTOS – CARTAZES EXPOSITORES.</p> <p>- ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.</p>	KIT	143	847,00	121.121,00
8	<p>COLEÇÃO PROJETO CATAVENTOS - CRIANÇAS BEM PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 3 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-291-7. AUTORAS: ARIANNE MIRANDA, DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR:</p> <p>- PROJETO CATAVENTOS – GUIA DE ORIENTAÇÕES 2.</p> <p>- PROJETO CATAVENTOS – CARTAZES EXPOSITORES.</p> <p>- ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.</p>	KIT	169	847,00	143.143,00
9	<p>COLEÇÃO PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER CRIANÇAS PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 4 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-283-2. AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA</p>	KIT	188	847,00	159.236,00



PREFEITURA DE  
**SOBRAL**

	E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR: - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – GUIA DE ORIENTAÇÕES 1. - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – CARTAZES EXPOSITORES. - ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.				
10	COLEÇÃO PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER - CRIANÇAS PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 5 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-283-2. AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR: - GUIA DE ORIENTAÇÕES 2. PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – CARTAZES EXPOSITORES. - ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.	KIT	195	847,00	165.165,00
11	NOVO LENDO VOCÊ FICA SABENDO – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO 1º ano - Autora: Daniela Macambira KIT ALUNO contendo: • Livro de atividades Vol. 1 e 2. • Tarefas de Casa. • Livro da Família.	KIT	2.600	426,65	1.109.290,00
12	NOVO LENDO VOCÊ FICA SABENDO – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO 1º ano - Autora: Daniela Macambira KIT PROFESSOR contendo: • Guia de Orientações. • Livro de atividades Vol. 1 e 2. • Tarefas de Casa. • Brincando com as Palavras. • Cartazes expositores para sala de aula. • Atividades Formativas em modelo híbrido – Carga horária: 40h/a	KIT	87	698,00	60.726,00
13	NOVO LENDO VOCÊ FICA SABENDO – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO 2º ano - Autora: Daniela Macambira KIT ALUNO contendo: • Livro de atividades Vol. 1	KIT	2583	453,00	1.170.099,00



	e 2. • Tarefas de Casa. • Livro da Família.				
14	NOVO LENDO VOCÊ FICA SABENDO – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO 2º ano - Autora: Daniela Macambira KIT PROFESSOR contendo: • Guia de Orientações. • Livro de atividades Vol. 1 e 2. • Tarefas de Casa. • Brincando com as Palavras. • Cartazes expositores para sala de aula. • Atividades Formativas em modelo híbrido – Carga horária: 40h/a	KIT	105	765,00	80.325,00
15	PROJETO AMMA – APRENDENDO MAIS MATEMÁTICO 1º ano - Autora: Daniela Macambira e Solange - KIT ALUNO contendo: • Livro de atividades Sala Vol. 1 e 2. UNID. KIT QUANT. 2600 VALOR UNITÁRIO VALOR TOTAL R\$ 426,65 R\$ 1.109.290,00 2 • Livro de atividades Casa Vol. 1 e 2	KIT	2.600	426,65	1.109.290,00
16	PROJETO AMMA – APRENDENDO MAIS MATEMÁTICO 1º ano - Autora: Daniela Macambira e Solange - KIT PROFESSOR contendo: • Guia de Orientações - Vol. 1 e 2. KIT 87 R\$ 698,00 R\$ 60.726,00 • Cartazes expositores para sala de aula.	KIT	87	698,00	60.726,00
17	PROJETO AMMA – APRENDENDO MAIS MATEMÁTICO 2º ano - Autora: Daniela Macambira e Solange - KIT ALUNO contendo: • Livro de atividades Sala Vol. 1 e 2. • Livro de atividades Casa Vol. 1 e 2	KIT	2583	453,00	1.170.099,00
18	PROJETO AMMA – APRENDENDO MAIS MATEMÁTICO 2º ano - Autora: Daniela Macambira e Solange - KIT PROFESSOR contendo: • Guia de Orientações - Vol. 1 e 2. • Cartazes expositores para sala de aula.	KIT	105	765,00	80.325,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 12.211.324,00</b>

### 3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo este ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, se for o caso.

#### **4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria Municipal da Educação dentre outras atribuições, é responsável por programar, coordenar e executar a política educacional na rede pública municipal de ensino, visando proporcionar os meios necessários à oferta e qualidade dos serviços educacionais. A necessidade da aquisição de materiais didáticos (Editora Aprender), para atender os alunos e professores da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Sobral é fundamentada pela necessidade de oferecer um ensino de qualidade e adequado ao desenvolvimento das crianças na primeira infância, período crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Além disso, os materiais didáticos da Aprender Editora são reconhecidos pela sua abordagem pedagógica inovadora, que promove o aprendizado de forma lúdica e interativa, contribuindo significativamente para a formação integral das crianças.

A ausência da aquisição poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo, poderá ocasionar limitação da variedade de recursos educacionais, pois os professores terão menos recursos para diversificar suas aulas e abordagens, o que pode levar a um ensino menos dinâmico e envolvente.

Além disso, poderá ocasionar dificuldade em abordar temas importantes, prejuízo ao desenvolvimento cognitivo e intelectual, desmotivação dos alunos, bem como desigualdade de acesso ao conhecimento. Já a longo prazo, poderá ocasionar defasagem no desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação, limitação na formação cultural, dificuldade na construção de valores e identidade, impacto na formação integral dos alunos e despreparo para a vida adulta.

O Município de Sobral tem se destacado na educação básica, sendo referência em políticas educacionais que visam melhorar os índices de aprendizagem e reduzir a desigualdade educacional. Para manter e aprimorar esses resultados, é imprescindível o investimento em recursos didáticos que estejam alinhados com as melhores práticas pedagógicas e que atendam às necessidades específicas das diversas faixas etárias da Educação Infantil.

Dessa forma, os materiais didáticos da Aprender Editora incluem a Coleção Projeto Miudezas e Descobertas – Bebês, a Coleção Projeto Cataventos – Crianças Bem Pequenas, e a Coleção Projeto Uni Duni Tê: Conviver e Aprender Crianças Pequenas. Esses materiais serão destinados aos alunos e professores da Educação Infantil do Município de Sobral.

A Coleção Projeto Miudezas e Descobertas – Bebês é fundamental para estimular as primeiras descobertas e aprendizagens dos bebês, contribuindo para o desenvolvimento sensorial e motor. A Coleção Projeto Cataventos – Crianças Bem Pequenas auxilia no desenvolvimento da autonomia, socialização e linguagem das crianças, através de atividades que promovem a curiosidade e a interação com o meio. Já a Coleção Projeto Uni Duni Tê: Conviver e Aprender Crianças Pequenas é essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças

pequenas, oferecendo atividades que incentivam o convívio harmonioso, a resolução de conflitos e a construção de conhecimentos de forma colaborativa.

Ademais, a Editora Aprender apresentou Declaração de Exclusividade emitida pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), o que inviabiliza a realização de novo procedimento licitatório do tipo pregão, restando como solução juridicamente adequada a contratação por inexigibilidade de licitação, fundamentada na Lei nº 14.133/2021.

Portanto, os materiais didáticos são imprescindíveis para assegurar a continuidade da qualidade da educação infantil no Município de Sobral, garantindo que todos os alunos tenham acesso a recursos que promovam um desenvolvimento integral e uma aprendizagem significativa desde os primeiros anos de vida.

## **5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO:**

5.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

5.4.2 Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

5.4.3. Inscrição no CNPJ;

5.4.4. Balanço patrimonial dos últimos 2 (dois) anos (para empresas com 1 (um) ano de funcionamento enviar o balanço patrimonial do ano anterior). **(conforme cada caso)**

5.4.5. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.4.6. Comprovação de regularidade fiscal e Trabalhista relativo a(ao):

a) Fazenda Federal, incluindo a regularidade perante a Seguridade Social;

b) Fazenda Estadual;

c) Fazenda Municipal;

d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

e) regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.4.7. Declaração conjunta de que:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021), ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) que cumpre reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na

condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

e) que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, (inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021).

5.4.8. Eventuais licenças, certificados e atestados que forem necessários à comercialização dos bens, materiais e serviços ou que sejam destinados a garantir a segurança da Administração Pública Municipal. **(conforme cada caso)**

5.4.9. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do contratado, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do(a) contratado(a). **(conforme cada caso)**

5.4.10. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica.

5.4.11. Declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação fundamentada nos § 1º e 2º do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021. **(conforme cada caso)**

5.4.12. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. **(conforme cada caso)**

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

6.1. A descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo, no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, no Banco de Livros de Sobral, localizado na Rua Oriano Mendes, nº463, Centro, CEP 62010-370, Sobral/CE, no (s) horário (s) e dia (s) da semana de Segunda à Sexta-feira, no horário de 08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00.



7.1.2. O prazo da entrega do objeto excepcionalmente poderá sofrer alterações por parte do contratante, devendo o contratado ser informado de forma antecipada de no mínimo até 05 (cinco) dias úteis antes do prazo previsto para entrega.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato,

a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do material**

9.1.1. O material será recebido PROVISORIAMENTE, aqueles em que assim couber, no prazo de 5 (cinco) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços ou material entregue a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços ou entrega dos materiais até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços ou entrega dos materiais até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. O material será recebido DEFINITIVAMENTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo da entrega dos materiais, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10.2. Liquidação**

10.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez)

dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

10.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line*, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada será solicitada da empresa contratada.

10.2.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **11.3. Prazo de pagamento**

11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

11.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

### **12.4. Forma de pagamento**

12.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado a ser indicado na nota fiscal encaminhada.

12.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

12.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### **12.5. Antecipação de pagamento**

12.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

### **13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

13.1. Quanto a escolha do fornecedor, por se tratar de aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por empresa ou representante comercial exclusivo, constatou-se, com a documentação que consta nos autos, a existência da APRENDER EDITORA CEARENSE DE MATERIAL DE ENSINO LTDA como a única empresa capaz de fornecer tais itens referente à coleção pedagógica que será adquirida, considerando esta possuir exclusividade na sua fabricação e comercialização no Brasil. Desta forma, a empresa apresentou a documentação comprobatória da exclusividade, tais como Declaração da Câmara Brasileira dos Livros (CBL), dentre outros, cumprindo os requisitos previstos na legislação, em especial quanto a fundamentação da contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, em conformidade com o art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

### **14. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 12.211.324,00 (doze milhões, duzentos e onze mil e trezentos e vinte e quatro reais)**, conforme pesquisas de mercado, proposta da CONTRATADA e comprovação dos preços.

### **15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município do exercício de 2025.

#### **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (Federal e Municipal):**


06.01.12.365.0484.2.551.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.365.0484.2.551.0000.3.3.90.30.00.1.550.0000.00
06.01.12.361.0485.2.553.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.361.0485.2.553.0000.3.3.90.30.00.1.550.0000.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.30.00.1.550.0000.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.30.00.1.569.0000.00
06.01.12.367.0487.2.561.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0487.2.563.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0483.1.466.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.366.0486.2.555.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0487.2.560.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.03.12.365.0484.2.543.0000.3.3.90.30.00.1.540.0000.00
06.03.12.361.0485.2.545.0000.3.3.90.30.00.1.540.0000.00
06.03.12.366.0486.2.546.0000.3.3.90.30.00.1.540.0000.00
06.03.12.368.0487.2.550.0000.3.3.90.30.00.1.540.0000.00


06.01.12.365.0484.2.551.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.01.12.365.0484.2.551.0000.3.3.90.32.00.1.550.0000.00
06.01.12.361.0485.2.553.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.01.12.361.0485.2.553.0000.3.3.90.32.00.1.550.0000.00
06.01.12.366.0486.2.555.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.01.12.366.0486.2.555.0000.3.3.90.32.00.1.550.0000.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.32.00.1.550.0000.00
06.01.12.367.0487.2.561.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.03.12.365.0484.2.543.0000.3.3.90.32.00.1.540.0000.00
06.03.12.361.0485.2.545.0000.3.3.90.32.00.1.540.0000.00
06.03.12.368.0487.2.550.0000.3.3.90.32.00.1.540.0000.00


15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**ANEXO ÚNICO:** Minuta de contrato.


DATA: data da última assinatura digital.

Documento assinado digitalmente  
  
 ROCHELE CASSIA TEIXEIRA  
 BASTOS  
 Data: 03/12/2025 09:21:30  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**Rochele Cassia Teixeira Bastos**  
 Presidente da Equipe de Planejamento  
 matrícula nº 21641


Documento assinado digitalmente  
  
 ANTONIO JOSE SILVA DOS  
 SANTOS  
 Data: 03/12/2025 09:23:57  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**Antonio José Silva Dos Santos**  
 Membro da Equipe de Planejamento  
 matrícula nº 21299

Documento assinado digitalmente  
  
 PEDRO EDSON SILVA  
 VASCONCELOS  
 Data: 03/12/2025 09:25:57  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**Pedro Edson Silva Vasconcelos**  
 Membro da Equipe de Planejamento  
 matrícula nº 20882

Aprovado:

Documento assinado digitalmente  
  
 ROBERT PABLO MELO LINO  
 Data: 03/12/2025 09:29:18  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**Robert Pablo Melo Lino**  
 Coordenador Administrativo da SME - Respondendo

De acordo:

Documento Assinado Digitalmente  
  
 CIBELLE CONCEICAO RODRIGUES  
 SOUSA  
 Data: 03/12/2025 13:20  
**Cibelle Conceição Rodrigues Sousa**  
 Secretária Executiva da Educação



**ANEXO ÚNICO**

**MINUTA DO CONTRATO**

Contrato nº \_\_\_\_/2025 – SME

Processo nº \_\_\_\_\_

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SOBRAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, E A EMPRESA \_\_\_\_\_, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, QUE FAZEM ENTRE SI A O MUNICÍPIO DE SOBRAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com sede no(a) \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) pelo(a) \_\_\_\_\_ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, publicada no DOM de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, portador da Matrícula nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº P.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em especial o art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação Nº IN25\_\_\_\_\_/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato as “Aquisições de materiais didáticos (Editora Aprender), para atender os alunos e professores da Educação Infantil, 1º e 2º ano, da Rede Pública Municipal de Ensino de Sobral”.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE:**

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor global de **R\$ 12.211.324,00 (doze milhões, duzentos e onze mil e trezentos e vinte e quatro reais)**, conforme o detalhamento a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
1	COLEÇÃO PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS - BEBÊS - AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA, GILVANIRA FREITAS E PAULA	KIT	1.124	499,00	560.876,00



# PREFEITURA DE SOBRAL

	<p>FREIRE - APRENDER EDITORA - KIT BEBÊ.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-290-0. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – CADERNO DE EXPERIÊNCIAS DO BEBÊ.</li><li>- PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – FAMÍLIA.</li><li>- PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – AGENDA DO BEBÊ.</li></ul> <p>- BOLSA DO BEBÊ.</p>				
2	<p>COLEÇÃO PROJETO CATAVENTOS - CRIANÇAS BEM PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 2 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT CRIANÇA.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-291-7. AUTORAS: ARIANNE MIRANDA, DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- PROJETO CATAVENTOS – LIVRO PASTA DE ATIVIDADES 1.</li><li>- PROJETO CATAVENTOS – LIVRO DA FAMÍLIA 1.</li></ul>	KIT	2.464	499,00	1.229.536,00
3	<p>COLEÇÃO PROJETO CATAVENTOS - CRIANÇAS BEM PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 3 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT CRIANÇA.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-291-7. AUTORAS: ARIANNE MIRANDA, DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- PROJETO CATAVENTOS – LIVRO PASTA DE ATIVIDADES 2.</li><li>- PROJETO CATAVENTOS – LIVRO DA FAMÍLIA 2.</li></ul>	KIT	3.032	499,00	1.512.968,00
4	<p>COLEÇÃO PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER CRIANÇAS PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 4 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT CRIANÇA.</p> <p><b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-283-2. AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT,</p>	KIT	3.376	499,00	1.684.624,00





# PREFEITURA DE SOBRAL

	DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO: - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – LIVRO DE ATIVIDADE 1 – VOL. 1 E VOL. 2. - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – LIVRO DA FAMÍLIA.				
5	COLEÇÃO PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER - CRIANÇAS PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 5 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT CRIANÇA. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-283-2. AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO: - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – LIVRO DE ATIVIDADE 2 – VOL. 1 E VOL. 2. - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – LIVRO DA FAMÍLIA.	KIT	3.425	499,00	1.709.075,00
6	COLEÇÃO PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS - BEBÊS - AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA, GILVANIRA FREITAS E PAULA FREIRE - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-290-0. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR: - PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – LIVRO DO PROFESSOR VOL. 1 E VOL. 2. - PROJETO MIUDEZAS E DESCOBERTAS – GUIA DE ORIENTAÇÕES. - ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.	KIT	100	847,00	84.700,00
7	COLEÇÃO PROJETO CATAVENTOS - CRIANÇAS BEM PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 2 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-291-7. AUTORAS: ARIANNE MIRANDA, DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA	KIT	143	847,00	121.121,00



# PREFEITURA DE SOBRAL

	ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR: - PROJETO CATAVENTOS – GUIA DE ORIENTAÇÕES 1. - PROJETO CATAVENTOS – CARTAZES EXPOSITORES. - ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.				
8	COLEÇÃO PROJETO CATAVENTOS - CRIANÇAS BEM PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 3 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-291-7. AUTORAS: ARIANNE MIRANDA, DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR: - PROJETO CATAVENTOS – GUIA DE ORIENTAÇÕES 2. - PROJETO CATAVENTOS – CARTAZES EXPOSITORES. - ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.	KIT	169	847,00	143.143,00
9	COLEÇÃO PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER CRIANÇAS PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 4 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR. <b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-283-2. AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR: - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – GUIA DE ORIENTAÇÕES 1. - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – CARTAZES EXPOSITORES. - ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.	KIT	188	847,00	159.236,00
10	COLEÇÃO PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER CRIANÇAS PEQUENAS (FAIXA ETÁRIA SUGERIDA: 5 ANOS) - APRENDER EDITORA - KIT PROFESSOR.	KIT	195	847,00	165.165,00



PREFEITURA DE  
**SOBRAL**

	<b>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:</b> ISBN: 978-65-5610-283-2. AUTORAS: DANIELA MACAMBIRA E GILVANIRA FREITAS. NO KIT, DEVE CONTER UMA UNIDADE DE CADA ITEM ABAIXO, BEM COMO AS ATIVIDADES A SEGUIR: - GUIA DE ORIENTAÇÕES 2. PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER - PROJETO UNI DUNI TÊ: CONVIVER E APRENDER – CARTAZES EXPOSITORES. - ATIVIDADES FORMATIVAS EM MODELO HÍBRIDO – CARGA HORÁRIA TOTAL: 40 HORAS.				
11	NOVO LENDO VOCÊ FICA SABENDO – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO 1º ano - Autora: Daniela Macambira KIT ALUNO contendo: • Livro de atividades Vol. 1 e 2. • Tarefas de Casa. • Livro da Família.	KIT	2.600	426,65	1.109.290,00
12	NOVO LENDO VOCÊ FICA SABENDO – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO 1º ano - Autora: Daniela Macambira KIT PROFESSOR contendo: • Guia de Orientações. • Livro de atividades Vol. 1 e 2. • Tarefas de Casa. • Brincando com as Palavras. • Cartazes expositores para sala de aula. • Atividades Formativas em modelo híbrido – Carga horária: 40h/a	KIT	87	698,00	60.726,00
13	NOVO LENDO VOCÊ FICA SABENDO – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO 2º ano - Autora: Daniela Macambira KIT ALUNO contendo: • Livro de atividades Vol. 1 e 2. • Tarefas de Casa. • Livro da Família.	KIT	2583	453,00	1.170.099,00
14	NOVO LENDO VOCÊ FICA SABENDO – LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO 2º ano - Autora: Daniela Macambira KIT PROFESSOR contendo: • Guia de Orientações. • Livro de atividades Vol. 1 e 2. • Tarefas de Casa. • Brincando com as Palavras. • Cartazes expositores para sala de aula. • Atividades Formativas em modelo híbrido – Carga horária: 40h/a	KIT	105	765,00	80.325,00
15	PROJETO AMMA – APRENDENDO MAIS MATEMÁTICA 1º ano - Autora: Daniela Macambira e Solange - KIT ALUNO contendo: • Livro de atividades Sala Vol. 1 e 2. UNID. KIT QUANT. 2600 VALOR UNITÁRIO	KIT	2.600	426,65	1.109.290,00



	VALOR TOTAL R\$ 426,65 R\$ 1.109.290,00 2 • Livro de atividades Casa Vol. 1 e 2				
16	PROJETO AMMA – APRENDENDO MAIS MATEMÁTICA 1º ano - Autora: Daniela Macambira e Solange - KIT PROFESSOR contendo: • Guia de Orientações - Vol. 1 e 2. KIT 87 R\$ 698,00 R\$ 60.726,00 • Cartazes expositores para sala de aula.	KIT	87	698,00	60.726,00
17	PROJETO AMMA – APRENDENDO MAIS MATEMÁTICA 2º ano - Autora: Daniela Macambira e Solange - KIT ALUNO contendo: • Livro de atividades Sala Vol. 1 e 2. • Livro de atividades Casa Vol. 1 e 2	KIT	2583	453,00	1.170.099,00
18	PROJETO AMMA – APRENDENDO MAIS MATEMÁTICA 2º ano - Autora: Daniela Macambira e Solange - KIT PROFESSOR contendo: • Guia de Orientações - Vol. 1 e 2. • Cartazes expositores para sala de aula.	KIT	105	765,00	80.325,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 12.211.324,00</b>

2.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

2.2.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do índice IGP-M/FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.2.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

2.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.2.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

2.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze), contados a partir da sua assinatura, devendo ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, se for o caso.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo, no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, no Banco de Livros de Sobral, localizado na Rua Oriano Mendes, nº463, Centro, CEP 62010-370, Sobral/CE, no (s) horário (s) e dia (s) da semana de Segunda à Sexta-feira, no horário de 08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00.

4.1.2. O prazo da entrega do objeto excepcionalmente poderá sofrer alterações por parte do contratante, devendo o contratado ser informado de forma antecipada de no mínimo até 05 (cinco) dias úteis antes do prazo previsto para entrega.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

6.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021

## **CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento do material**

7.1.1. O material será recebido PROVISORIAMENTE, aqueles em que assim couber, no prazo de 5 (cinco) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega dos materiais a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição da entrega dos materiais até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição da entrega dos materiais até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

7.1.3.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.1.5. O material será recebido DEFINITIVAMENTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo da entrega dos materiais, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2. Liquidação**

7.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

7.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line*, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada será solicitada da empresa contratada.

7.2.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos



7.2.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **7.3. Prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

### **7.4. Forma de pagamento**

7.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado a ser indicado na nota fiscal encaminhada.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### **7.5. Antecipação de pagamento**

7.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

### **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (Federal e Municipal):**

06.01.12.365.0484.2.551.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.365.0484.2.551.0000.3.3.90.30.00.1.550.0000.00
06.01.12.361.0485.2.553.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.361.0485.2.553.0000.3.3.90.30.00.1.550.0000.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.30.00.1.550.0000.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.30.00.1.569.0000.00
06.01.12.367.0487.2.561.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0487.2.563.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0483.1.466.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.366.0486.2.555.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0487.2.560.0000.3.3.90.30.00.1.500.1001.00
06.03.12.365.0484.2.543.0000.3.3.90.30.00.1.540.0000.00

06.03.12.361.0485.2.545.0000 3.3.90.30.00.1.540.0000.00
06.03.12.366.0486.2.546.0000 3.3.90.30.00.1.540.0000.00
06.03.12.368.0487.2.550.0000 3.3.90.30.00.1.540.0000.00
06.01.12.365.0484.2.551.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.01.12.365.0484.2.551.0000.3.3.90.32.00.1.550.0000.00
06.01.12.361.0485.2.553.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.01.12.361.0485.2.553.0000.3.3.90.32.00.1.550.0000.00
06.01.12.366.0486.2.555.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.01.12.366.0486.2.555.0000.3.3.90.32.00.1.550.0000.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.01.12.368.0487.2.557.0000.3.3.90.32.00.1.550.0000.00
06.01.12.367.0487.2.561.0000.3.3.90.32.00.1.500.1001.00
06.03.12.365.0484.2.543.0000 3.3.90.32.00.1.540.0000.00
06.03.12.361.0485.2.545.0000 3.3.90.32.00.1.540.0000.00
06.03.12.368.0487.2.550.0000 3.3.90.32.00.1.540.0000.00

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

9.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

9.2. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

9.3. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

9.4. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

9.5. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Município de Sobral - CE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos

Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

9.6. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

9.7. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

9.8. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

9.9. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.10. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

9.11. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

9.12. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

9.13. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

9.14. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

9.15. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

9.16. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

9.17. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

9.18. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

9.19. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

9.20. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

9.21. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

9.21.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos dias 7, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

9.22. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

9.23. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

9.24. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

9.25. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

9.26. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

9.27. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 do subitem acima deste contrato, bem como nos itens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. **Multa de 0,5%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas em Regulamento Municipal, em caso de **atraso injustificado da entrega do objeto** contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

11.2.4.2. **Multa indenizatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento)** sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de **recusa à assinatura do Contrato**, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

11.2.4.3. **Multa de 0,5% a 3,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do artigo 92, da Lei 14.133/2021;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

e) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

f) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

g) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração

11.2.4.4. **Multa de 1,5% a 5,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando **não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto**, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

11.2.4.5. **Multa de 7,0% (sete por cento)**, por dia e por ordem de serviço/ compra ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas em Regulamento Municipal, quando **suspender ou interromper**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, **os materiais contratuais**.

11.2.4.6. **Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento)**, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando:

- a) o infrator der causa, respectivamente, à **rescisão do contrato**;
- b) fornecer informação e/ou documento falso;

11.2.4.7. **Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento)**, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, **quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção**, em relação à fase de execução contratual.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

11.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de

fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

### **12.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;



12.1.5. Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

12.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

12.1.7. Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

12.1.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

12.1.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12.2. São obrigações da CONTRATADA:**

12.2.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

12.2.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.2.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços, conforme o caso.

12.2.10. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

12.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

12.2.13. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

12.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

12.2.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

15.1. A execução contratual será acompanhada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

15.2. A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro do município de Sobral, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

DATA: data da última assinatura digital.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

De acordo:

Nome Assessor Jurídico

Assessor jurídico - OAB/CE: \_\_\_\_\_

#### **TESTEMUNHAS:**

1.

2.